



ANO CXXII DA IOE
122º DA REPÚBLICA
Nº 32.162

DIÁRIO OFICIAL



Belém, terça-feira
22 de maio de 2012

06 Cadernos
88 Páginas

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

A História no Diário Oficial

AURÉLIO DO CARMO (CC)

O governador Aurélio do Carmo sancionou a Lei nº 2.809, de 21 de junho de 1963 fixando os vencimentos dos membros da Magistratura, Ministério Público, Juízes do Tribunal de Contas e dos servidores equiparados.

Assim, os vencimentos mensais do desembargador do Tribunal de Justiça, juízes do Tribunal de Contas, procurador do Ministério Público do Estado, procurador do MP junto ao Tribunal de Contas, secretário de Estado e consultor geral passariam a ser de Cr\$ 140 mil. Já os vencimentos do juiz de direito de 2ª entrância; auditor do Tribunal de Contas; auditor, promotor e advogado de Ofício da Justiça Militar; subprocurador, corregedor, curador, promotor em Comarca de 2ª entrância, advogado de Ofício, do Ministério Público do Estado; subprocurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; secretários, do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público do Estado e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; procurador fiscal e consultor jurídico das Secretarias de Estado, passariam a ser de 130 mil cruzeiros.

■ RIBAMAR CASTRO



Idesp oferece bolsas para desenvolvimento de pesquisas

O Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, nos dias 23 e 24/05/2012, abrirá inscrições para concessão de bolsas para desenvolver pesquisas.

Uma é destinada a graduados em Geografia, Engenharia Ambiental, Ci-

ências Ambientais ou Economia, para realizar atividades de pesquisa no projeto “Observatório de Belo Monte”.

A outra será para graduados em Economia, para o plano de trabalho “Acompanhamento e avaliação dos indicadores econômicos, sociais e am-

bientais dos municípios direta e indiretamente atingidos pela implantação de UHE de Belo Monte – Altamira”.

O edital, assim como o Plano de Pesquisa, encontra-se à disposição dos interessados na sede do instituto.

CADERNO 2 - PÁGINA 10

Editais divulga eleição para defensor público geral do Estado

A Defensoria Pública do Estado do Pará divulga edital de eleição para defensor público geral do Estado, que será realizada no dia 15 de junho de 2012, com início às 9h e encerramento às 16h, na sede do órgão.

São elegíveis para formação de lista triplíce, para o provimento do cargo de defensor público geral, os integrantes estáveis da carreira de defensor público, maiores de 35 anos, para um mandato de dois anos,

Isenção de pagamento

A Secretaria de Estado de Administração divulga resultado da solicitação de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição para o Concurso Público da Fundação Carlos Gomes.

O candidato que teve seu pedido indeferido, para se inscrever, deverá acessar <http://paginas.uepa.br/concursos> e imprimir o boleto, para pagamento até o dia 25 de maio de 2012.

CADERNO 2 - PÁGINA 6

permitida uma única recondução.

O prazo para inscrição dos interessados em concorrer ao cargo é de quatro dias corridos, contados a partir da data de publicação do edital. O requerimento será recebido mediante protocolo do Sistema de Protocolo Geral (SPG), dirigido à Comissão Eleitoral, devidamente acompanhado dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos.

CADERNO 1 - PÁGINA 7

Candidatos selecionados

Candidatos selecionados para os cursos de Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Pedagogia, são convocados para matrícula na Universidade do Estado do Pará (Uepa).

A seleção destina-se à formação de novas turmas para o 2º Semestre de 2012, na modalidade presencial.

CADERNO 4 - PÁGINA 4

Programa Rede Cegonha

São Miguel do Guamá será mais um dos municípios que farão parte da Rede Cegonha, projeto no âmbito do Sistema Único de Saúde, que consiste em um conjunto de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis.

A Resolução nº 007, da Comissão Intergestora Regional (BR010/PA) aprovou o Plano de Ação Municipal da Rede Cegonha do município, documento orientador para a execução das fases de implementação da rede, assim como para o repasse dos recursos, o monitoramento e a avaliação da implementação do programa.

O objetivo é que a mulher passe a contar com assistência integral à saúde desde a confirmação da gravidez e até o segundo ano de vida do filho e com a oportunidade de ser acompanhada por familiares.

CADERNO 4 - PÁGINA 10



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE